

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.439.036 - PE (2014/0044109-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : ANDRÉ LUIZ DE CASTRO FERNANDES E OUTRO(S) - PE019779  
**RECORRIDO** : FIAÇÃO DE PERNAMBUCO S/A - FIPESA  
**RECORRIDO** : NUNES ENGENHARIA LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 145):

EMENTA: AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE VALORES ORIUNDOS DO FINOR. DEBÊNTURES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. NULIDADE DOS ATOS DECISÓRIOS - ART. 113, §2º, CPC. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. É da Justiça Federal a competência para apreciar as demandas em que haja interesse da União, bem assim as que discutem questões relativas ao FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste.
2. Art. 113, § 20, CPC. "Declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente."
3. Recurso não provido. Decisão Unânime.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 167/171).

O recurso especial (e-STJ fls. 179/194), fundamentado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, aponta ofensa aos arts. 5º, 23 do Decreto-Lei n. 1.376/1974, 13 e 14 da Lei n. 8.167/1991, sustentando que a competência para o julgamento do feito seria da Justiça estadual porque a União não teria interesse. Ressalta que possui legitimidade para cobrar os créditos do FINOR, portanto, a competência não seria da Justiça Federal, devendo-se aplicar a Súmula n. 42/STJ. No mesmo ponto, aduz divergência jurisprudencial.

Ademais, suscitou negativa de prestação jurisdicional, indicando violação do art. 535, II, do CPC/1973.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 206).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece provimento.

Inicialmente, o Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Assim, não incorreu em omissão, contradição ou obscuridade.

Além disso, conforme a jurisprudência sedimentada ao tempo do CPC/1973, o julgador não está compelido a analisar todos os argumentos invocados pela parte, quando tenha encontrado fundamentação satisfatória para dirimir integralmente o litúgio.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 515 E 535 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação dos arts. 515 e 535 do Código de Processo Civil/73 pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

[...]

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 952.131/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/6/2018, DJe 15/6/2018.)

Desse modo, quanto à alegada negativa de prestação jurisdicional, não assiste razão à parte recorrente.

Quanto à competência para julgamento do feito, importa ressaltar que o Tribunal de origem, entendendo se tratar de demanda que interessa à União, anulou os atos decisórios e remeteu o feito à Justiça estadual.

Oportuno transcrever trecho do acórdão (e-STJ fl. 150):

Outrossim, cumpre esclarecer que os valores fornecidos às empresas pelo Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR caracterizam créditos federais, sendo este gerenciado pela extinta SUDENE. Acontece que, após a extinção da SUDENE, a UNIÃO tornou-se a sua sucessora, o que toma a Justiça Federal competente para julgar tais questões, em atenção à inteligência do art. 109, I, CF.

A jurisprudência desta Corte está sedimentada no sentido de que compete à Justiça Federal decidir se há interesse jurídico da União – Súmulas n. 150 e 254 do STJ. Ausente esse interesse, os autos devem ser restituídos, prosseguindo-se na Justiça estadual.

A propósito, os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA 150/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Nos termos da Súmula 150/STJ, compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.640.034/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 16/10/2018.)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. INTERESSE. EMPRESA PÚBLICA (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL). COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. ENUNCIADOS 150, 224 E 254 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Conforme dispõem os enunciados 150, 224 e 254 da Súmula do STJ, compete com exclusividade à Justiça Federal avaliar a existência de interesse jurídico dos entes federais na causa.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.598.335/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 7/3/2017, DJe 14/3/2017.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Desse modo, reconhecida de ofício a incompetência pela Justiça estadual, competirá ao Juízo Federal verificar tal interesse, sendo possível, inclusive, o retorno dos autos à Justiça estadual, razão pela qual "é prematura a arguição de equívoco antes do pronunciamento da questão pela justiça federal" (REsp 1.376.629/PR, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 8/2/2017).

Ressalte-se que a nulidade dos atos decisórios está condicionada ao reconhecimento da competência da Justiça Federal.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator